



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº. : 13227.000033/00-20  
Recurso nº. : 141.902  
Matéria: : IRPJ E OUTROS – EXS: DE 1995 e 1996  
Recorrente : Hospital e Maternidade São José Ltda.  
Recorrida : 1ª. Turma/DRJ Belém – PA.  
Sessão de : 23 de março de 2006  
Acórdão nº. : 101-95.448

OMISSÃO DE RECEITAS- FATURAMENTO DO SUS –  
CARÊNCIA DE PROVA DE CONTABILIZAÇÃO E ENTRADA  
– LANÇAMENTO PROCEDENTE - Preliminar de  
decadência acolhida para as contribuições PIS, COFINS e  
CSLL que seguem o regime tributário aplicando-se os  
dispositivos de contagem do prazo decadencial previstos no  
CTN.

No mérito, uma vez não comprovado pela contribuinte os  
recolhimentos tributários devidos, nem a retenção na fonte,  
sem qualquer outro elemento para elidir o lançamento de  
ofício, procede a exação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso  
interposto por HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOSÉ LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho  
de Contribuintes, por maioria de votos, ACOLHER a preliminar de decadência da  
CSL, da COFINS e da contribuição para o PIS relativas aos fatos geradores  
ocorridos até janeiro de 1995, vencidos os Conselheiros Caio Marcos Cândido, Mário  
Junqueira Franco Júnior e Manoel Antonio Gadelha Dias que rejeitaram a referida  
preliminar em relação à CSL e à COFINS e, no mérito, por unanimidade de votos,  
NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar  
o presente julgado.

MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE

ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 07 AGO 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, VALMIR SANDRI, PAULO ROBERTO CORTEZ e SANDRA MARIA FARONI.

gal

Recurso nº. : 141.902  
Recorrente : HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOSÉ LTDA

## RELATÓRIO

Trata-se de lançamento de ofício para exigências do IRPJ e reflexos na CSLL, PIS, COFINS e IRRF, relativamente aos anos-calendários de 1994 e 1995, uma vez constatada omissão de receitas por rendimentos auferidos do Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde. Intimado o contribuinte o mesmo informou que não tributou pois entendeu que deveriam ter sido recolhidos na fonte.

O contribuinte apresenta sua impugnação, alegando, em preliminar, que teve seu cerceamento do direito de defesa vez que não foi dada a oportunidade do mesmo, espontaneamente, se manifestar sobre a possibilidade de pagamento da tributação apurada. Também em preliminar suscita a decadência para o ano-calendário de 1994, vez que apenas foi notificado do lançamento no dia 08 de fevereiro de 2000.

Quanto ao mérito invoca a aplicação do princípio da retroatividade benigna para a multa, com o advento do art. 24 da Lei nº. 9.249/95.

Entende que o IRRF não teve prova de efetiva distribuição para efeito da tributação lançada, e ainda que o fosse, a alíquota correta seria de 25%.

Insurge-se contra a penalidade, que entende confiscatória.

A DRJ, por sua turma julgadora, decidiu pelo lançamento procedente em parte, adotando a seguinte ementa:

"Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ

Ano-calendário: 1994, 1995

Ementa: OMISSÃO DE RECEITAS.BASE DE CÁLCULO.

Somente após o advento da MP no. 782/94 é que se pode aplicar o disposto nos artigos 43 e 44 da Lei no. 8.541/92 às omissões de receita no âmbito do Lucro Presumido.

DECADÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA

*GL* *JF*

O prazo decadencial se conta a partir da ocorrência do fato gerador, de modo que tendo o auto de infração sido cientificado em 08/02/2000, havia decaído o direito de lançar os períodos até janeiro de 1995.

#### DECADÊNCIA.CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Nos termos do art. 45 da Lei no. 8.212, de 1991, o prazo decadencial para lançar as contribuições sociais é de dez anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.

#### RETROATIVIDADE BENIGNA

A lei que se aplica retroativamente, em benefício do sujeito passivo, é a que impõe penalidade menos onerosa.

Lançamento Procedente em Parte.”

A autoridade julgadora afastou a preliminar de que houve cerceamento do direito de defesa, vez que ao contribuinte foi dada a oportunidade, após devidas intimações, para o regular cumprimento de suas obrigações tributárias, mesmo que a destempo.

No que pertine a preliminar de decadência, a digna autoridade reconheceu a mesma até 31 de janeiro de 1995, para o IRPJ e IRRF, sendo que para as contribuições sociais foi reconhecido o prazo de lançamento de dez anos.

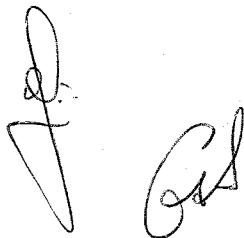
Reconheceu, também, a aplicação da retroatividade benigna do art. 43 e 44 da Lei no./9.249/95, referente ao ano-calendário de 1994, expressando-se assim a fls. 93, “Logo, a tributação de IRRF e CSLL, conforme arts. 43 e 44 da Lei no. 8.541, de 1992, incluídas no Capítulo IV – Das Penalidades, revogados pelo art. 36, IV da Lei no. 9.249, de 1995, deve ser atenuado, aplicando-se à distribuição presumida de lucro a alíquota prevista pelo art. 2º da Lei no. 8.849, de 28.01.1994, que é de 15%, sem reajustamento da base de cálculo e para a CSLL a base de cálculo deve ser de 10%, nos termos do art. 2º. Parágrafo Segundo da Lei no. 7689/88”

O Contribuinte, a fls. 97, oferece seu recurso voluntário, apenas reafirmando as razões de defesa apresentadas inicialmente, e afirmando que “seja declarado inválido o crédito tributário ora combatido, inclusive a decadência que também alcança o ano-calendário de 1995.”

Verifica-se despacho da DRF de JI-Paraná relatando que o contribuinte apenas apresentou bens gravados em nome do sócio e não em nome da empresa. Mesmo

assim, foi novamente intimado a apresentar o Balanço Patrimonial. Em resposta, declarou o contribuinte de que não possui Balanço Patrimonial e nem bens na composição de seu Ativo Permanente. Assim, a DRF submete a esse E. Conselho de Contribuintes a apreciação da matéria.

É o relatório

A handwritten signature consisting of two stylized letters, possibly 'G' and 'I', written in black ink.

V O T O

Conselheira ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO, Relator

Perante o despacho da DRF, com o exame de seguimento do depósito recursal, mais especificamente o arrolamento de bens, entendo que, uma vez juntada declaração de inexistência de Balanço Patrimonial, e inexistência bens do sujeito passivo, considero atendida a exigência estipulada no Parágrafo 2º do art. 33 do Decreto no. 70.235/72 uma vez que esse dispositivo admite o arrolamento, para efeitos do seguimento do recurso voluntário, até o total do ativo permanente, sendo que o contribuinte demonstrou ainda que não tem bens pertencentes ao mesmo. Razão pela qual, conheço o recurso voluntário.

Assim, sou por adentrar no mérito da decisão.

Em preliminar, suscita a decadência do lançamento de ofício também para o ano-calendário de 1995. Assim, uma vez dada a ciência em 08 de fevereiro de 2000, não ocorreu a decadência o lançamento para o ano-calendário de 1995, a contar do fato gerador sobre os tributos e contribuições lançadas contra o sujeito passivo. Portanto, correto o entendimento da decisão “a quo”

Contudo assim seja, conforme meu entendimento, comprehendo que as contribuições sociais tem natureza tributária, seguindo, pois, o regime próprio das mesmas, inclusive no que se refere a contagem do prazo decadencial, que deve observar o parágrafo 4º do art.150 do CTN, vale dizer, cinco anos. Assim, acolho, para o ano-calendário de 1994, também a decadência do lançamento para as contribuições: CSLL, PIS e COFINS.

Quanto a preliminar arguida de cerceamento do direito de defesa, a decisão de primeira instância bem demonstrou que o Recorrente foi intimado e reintimado para oferecer as provas e possivelmente efetuar os recolhimentos espontâneos dos tributos devidos, e não o fez, sendo descabido o argumento de que se configurou restrição a seu direito, uma vez que não exerceu, no tempo próprio, o que alega agora ter-lhe

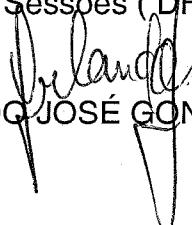
prejudicado. Como reza o brocardo jurídico, perfeitamente aplicável ao caso concreto, a ninguém é dado beneficiar a si próprio por ato cuja causa decorre de si mesmo.

Quanto ao IRRF e CSLL, relativamente a alíquota aplicável, a digna autoridade de primeira instância reconheceu o direito invocado, reduzindo o montante do crédito tributário lançado, com as respectivas alíquotas, conforme se depreende da decisão examinada.

E ao final, alegando inexistir certeza e liquidez do montante apurado no lançamento, mas sem demonstrar, efetivamente, qual é essa incerteza apontada, não se pode acolher tal argumento, meramente retórico, posto que o auto de infração é bastante explícito quer sobre a matéria tributável, quer sobre o fundamento legal do mesmo, razão porque improcedente tal razão de defesa.

Isto posto, não conseguindo comprovar, com novos documentos e/ou elementos de provas necessários para elidir a apuração de omissão de receitas tributáveis, nesta fase recursal, sou por negar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões (DF), em 23 de março de 2006.

  
ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO

